

DIMENSÕES DA SUSTENTABILIDADE

Jefferson Marcel Gross Mendes ¹

RESUMO

Este artigo expõe de forma esclarecedora o recente conceito de sustentabilidade enquanto um novo paradigma de desenvolvimento a ser perseguido pela humanidade em face do desastre que se tem verificado na natureza, provocado pela ação capitalista obcecada quase exclusivamente com o crescimento sem limites. Esta visão, exposta em suas facetas principais, está sendo questionada e apresentadas críticas a este modelo enquanto um conjunto de propostas plausíveis de execução. Esta nova ênfase de viabilidade econômica é sugerida desde que consiga preservar o meio natural. E a ciência econômica abre caminho e oportunidade para novos gestores.

Palavras-Chave: Sustentabilidade; Natureza; Desenvolvimento.

ABSTRACT

This article explains in a clear manner the recent concept of sustainability as a new development paradigm to be pursued by mankind in the face of the disaster that has been observed in nature; caused by the capitalists action almost exclusively obsessed with unlimited growth. This view, exposed in its main facets, is being questioned and criticized. Meanwhile a set of plausible proposals for implementing a new emphasis on economic viability is being suggested, as long as, these are able to preserve the environment. These new economics and opportunities pave the way to new entrepreneurs.

Key words: Sustainability; Nature; Development.

INTRODUÇÃO

A evolução das teorias sócio-econômicas e, posteriormente, das teorias desenvolvimentistas, estão intimamente ligadas ao processo de transformação e de sustentação da sociedade com diferentes visões sobre sustentabilidade.

Com a percepção dos abusos cometidos em nome do crescimento econômico, amplia-se a noção de desenvolvimento, indo além da acumulação de recursos materiais. Conduz-se à noção de manutenção dos ecossistemas da Terra e ao conceito de desenvolvimento sustentável, com sua multiplicidade de interpretações. Para tanto, faz-se necessário que o homem se reconheça como produto do meio, como parte integrante do mundo e do ambiente, dotado de capacidade transformadora, mas que é afetado e depende do meio que o cerca.

¹ Economista. Graduado pelas Faculdades Integradas Santa Cruz de Curitiba. Mestre em Gestão Urbana (PUCPR, 2008), Especialista em Negócios Globais (FARESC, 2004). Professor da disciplina de Economia Regional da mesma instituição de graduação. C-eletrônico: jefferson.mgmendes@gmail.com.

1 EVOLUÇÃO DO CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO

Em função dos paradigmas produtivos, o conceito de desenvolvimento permaneceu durante muito tempo associado ao crescimento econômico sem considerar as várias formas dos sistemas sociais, políticos e econômicos. Era suposto que o aumento de riquezas poderia melhorar as condições de vida da população, embora conceitualmente, desenvolvimento e crescimento não tenham o mesmo significado, podendo, inclusive, serem conduzidos de forma oposta.

De certo modo, esta visão dissocia-se da realidade, pois nela é enfatizada apenas a geração de riquezas, não havendo condução de ordem social, cultural ou ambiental, em que a premissa básica estava na tentativa de aumentar o bem estar social por meio de processo de industrialização que objetiva a produção de bens e serviços para atender às necessidades da sociedade. Esta relação conflitava com o uso de recursos naturais, cujas externalidades negativas pouco ou nunca eram avaliadas. Sob esta ótica, a marcha do desenvolvimento correspondia a um ritmo acelerado de crescimento econômico, difusão de tecnologia, acumulação de capital, exploração do trabalho e desejo por incrementar o consumo per capita.

Neste contexto, percebeu-se que o desenvolvimento deveria ter conotação que ultrapassasse o aspecto econômico, incluindo o governo, além dos atores sociais e privados. Tal enfoque também não foi suficiente, pois nem sempre respeitava as particularidades locais e outras dimensões como indispensáveis para se atingir ao desenvolvimento, devido às características centralizadoras do planejamento realizado pelos governos.

Assim, inicia-se a reflexão em diversos campos da ciência sobre um novo conceito de desenvolvimento, o desenvolvimento sustentável e dimensões que o compõem.

1.1 CONCEITOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

O Desenvolvimento Sustentável surgiu nas últimas décadas do século XX, para traduzir várias ideias e preocupações devido à gravidade dos problemas que causam riscos às condições de vida no planeta. Uma das primeiras organizações a apontar os riscos do crescimento econômico contínuo foi o Clube de Roma em 1972. No mesmo ano, a Organização das Nações Unidas (ONU) realizou a Conferência de Estocolmo, que abordou problemas ambientais decorrentes da poluição atmosférica, crescimento populacional e crescimento versus desenvolvimento. Em 1974, surge a proposta do ecodesenvolvimento, formulada por intelectuais como Sachs, Leff e Strong, que incorpora, além das questões econômicas e sociais; as questões culturais, políticas e ambientais, à noção de desenvolvimento (LEFF, 2005).

Todavia, o termo 'sustentável' aparece pela primeira vez no informe das Nações Unidas: Nosso Futuro Comum (Comissão Mundial sobre o meio ambiente e desenvolvimento, 1991), conhecido como informe Brundtland em 1987.

No entanto, a falta de precisão no conceito de sustentabilidade traz consigo deficiências nas referências teóricas, e estas, por sua vez, poderiam contribuir para diversos campos de conhecimentos econômicos, sociais, culturais, políticos e ambientais (RATTNER, 1999). O conceito de sustentabilidade vai muito além de explicar a realidade, pois exige aplicações práticas. Esta discussão teórica apenas revela uma luta disfarçada pelo poder entre os atores sociais. Para aprofundar-se no conceito é necessário ter uma visão mais ampla, analisando o passado, o presente e o futuro (RATTNER, 1999; MARRUL FILHO, 2000).

Assim,

as ações que procuram garantir o futuro de um lugar, com qualidade de vida, respeito às pessoas e sua cultura, conservação do meio ambiente, manutenção da biodiversidade, adequação ao território podem ser consideradas sustentáveis.

Neste contexto, embora o consumo de recursos naturais pareça inevitável, faz-se necessário limitá-lo. Nesta discussão, para o conceito sobre qualidade de vida, entende-se como aquele que deve abordar uma diversidade de temas específicos, entre eles: saúde, lazer, habitação, economia, pobreza, educação e tantos outros aspectos que interferem diretamente na dignidade da vida humana.

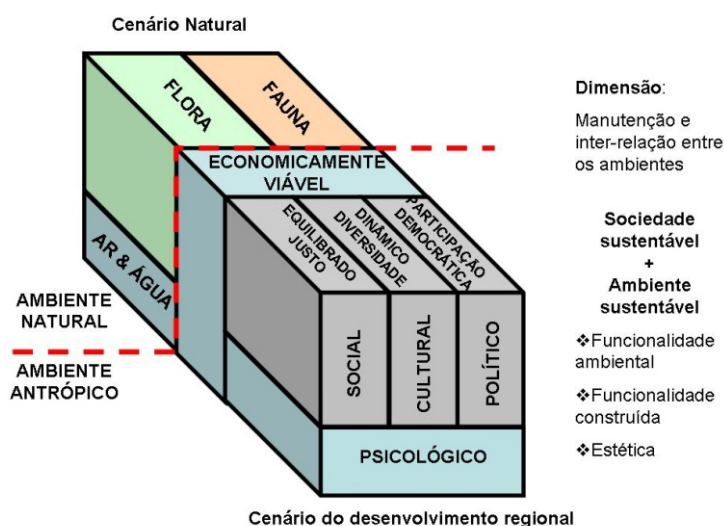
Desta forma, a sustentabilidade é multidimensional, possui relações de interdependência entre as variadas dimensões, compondo um sistema complexo, no qual o ser humano está inserido.

1.2 EVOLUÇÃO DAS DIMENSÕES DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Para Foladori (2002), há uma preocupação com a degradação do meio ambiente desde os anos sessenta em função dos avanços do modelo capitalista. O autor ainda critica este modelo, pois considera que há limitações no processo de crescimento contínuo, que de certa forma, desencadearia uma preocupação com o desenvolvimento humano e com a preservação ambiental. Neste sentido, observa que as dimensões social, econômica e ambiental de desenvolvimento sustentável são as mais incorporadas nos estudos sobre o tema.

Para esta discussão, sobre as dimensões da sustentabilidade, toma-se como base as seis dimensões elaboradas por Sachs (1993), sendo que a dimensão política foi posteriormente acrescentada pelo próprio autor.

Figura – Dimensões da sustentabilidade



Sustentabilidade ecológica: preservação dos recursos naturais na produção de recursos renováveis e na limitação de uso dos recursos não-renováveis; limitação do consumo de combustíveis fósseis e de outros recursos esgotáveis ou ambientalmente prejudiciais, substituindo-os por recursos renováveis e inofensivos; redução do volume de resíduos e de poluição, por meio de conservação e reciclagem; autolimitação do consumo material; utilização de tecnologias limpas; definição de regras

para proteção ambiental.

Sustentabilidade econômica: eficácia econômica avaliada em termos macro-sociais e não apenas na lucratividade empresarial, desenvolvimento econômico intersetorial equilibrado; capacidade de modernização contínua dos instrumentos de produção; razoável nível de autonomia na pesquisa científica e tecnológica; inserção soberana na economia internacional.

Sustentabilidade social: abrange a necessidade de recursos materiais e não-materiais, objetivando maior equidade na distribuição da renda, de modo a melhorar substancialmente os direitos e as condições da população, reduzindo-se o índice de GINI², ampliando-se a homogeneidade social; a possibilidade de um emprego que assegure qualidade de vida e igualdade no acesso aos recursos e serviços sociais.

Sustentabilidade espacial ou territorial: busca de equilíbrio na configuração rural-urbana e melhor distribuição territorial dos assentamentos humanos e atividades econômicas; melhorias no ambiente urbano; superação das disparidades inter-regionais e elaboração de estratégias ambientalmente seguras para áreas ecologicamente frágeis a fim de garantir a conservação da biodiversidade e do ecodesenvolvimento.

Sustentabilidade cultural: respeito à cultura de cada local; garantindo continuidade e equilíbrio entre a tradição e a inovação.

Sustentabilidade política: no âmbito nacional baseia-se na democracia, apropriação universal dos direitos humanos; desenvolvimento da capacidade do Estado para implementar o projeto nacional em parceria com empreendedores e em coesão social. No aspecto internacional tem sua eficácia na prevenção de guerras, na garantia da paz e na promoção da cooperação internacional e na aplicação do princípio da precaução na gestão do meio ambiente e dos recursos naturais; prevenção da biodiversidade e da diversidade cultural; gestão do patrimônio global como herança da humanidade; cooperação científica e tecnológica internacional.

Por fim, a dimensão psicológica é incorporada ao estudo devido a relacionar o ser humano às dimensões culturais, sociais, políticas e econômicas.

1.2.1 DIMENSÃO AMBIENTAL OU ECOLÓGICA

A dimensão ecológica é a mais defendida pela maioria dos autores que tratam do tema e foi amplamente difundida com as conferências dos anos 70.

Para buscar a sustentabilidade ambiental deve-se compreender e respeitar as dinâmicas do meio ambiente, entender que o ser humano é apenas uma das partes deste ambiente (Rattner, 1999) e depende do meio que o cerca.

Na concepção de Foladori (2002), a sustentabilidade ecológica é a que suscita menos controvérsias, uma vez que se refere a certo equilíbrio e à manutenção dos ecossistemas, conservação e manutenção genética, incluindo, também, a manutenção dos recursos abióticos e a integridade climática. Este conceito aborda a natureza externa ao ser humano e a concepção de que quanto mais modificações realizadas pelo homem na natureza menor sua sustentabilidade ecológica e quanto menor a interferência humana na natureza, maior sua sustentabilidade.

Desta forma, seus defensores acreditam na necessidade de melhorar e controlar o uso dos recursos naturais, respeitando sua capacidade de renovação.

² Permite avaliar a diferença da concentração de renda numa localidade, região e sociedade. A importância deste índice deve-se, justamente, ao fato de medir a diferença de renda entre os mais abastados e os menos abastados. (PNUD, 2003). Este índice é obtido por meio da curva de Lorenz, na qual a relação entre os percentuais de renda e de produção são avaliados. Seu valor varia de zero a um, sendo que um valor mais próximo de zero indica uma melhor distribuição (GREMAUD et alii, 2003).

Rattner (1999), Daly (2004) e Sachs (1993) amparam-se nesta concepção e elaboram ações para conseguir a sustentabilidade ecológica: intensificação do uso dos recursos potenciais dos vários ecossistemas, com um mínimo de dano aos sistemas de sustentação da vida; limitação do consumo de combustíveis fósseis e de outros recursos e produtos facilmente esgotáveis ou ambientalmente prejudiciais, substituindo-os por recursos ou produtos renováveis e/ou abundantes e ambientalmente inofensivos; redução do volume de resíduos e de poluição, por meio da conservação e reciclagem de energia e recursos; autolimitação do consumo material pelos países ricos e pelas camadas sociais privilegiadas em todo o mundo; intensificação da pesquisa de tecnologias limpas, com eficiente utilização dos recursos para promoção do desenvolvimento urbano, rural e industrial; definição de regras para proteção ambiental, concepção da máquina institucional, bem como escolha do conjunto de instrumentos econômicos, legais e administrativos necessários para assegurar o cumprimento destas regras estabelecidas.

1.2.2 DIMENSÃO ECONÔMICA

Essa dimensão foi amplamente difundida na sociedade ocidental embora não sob a perspectiva da sustentabilidade e nem de desenvolvimento, pois a sustentabilidade econômica extrapola o acúmulo de riquezas, bem como o crescimento econômico e engloba a geração de trabalho de forma digna, possibilitando uma distribuição de renda, promovendo o desenvolvimento das potencialidades locais e da diversificação de setores. Ela é possibilitada por alocação e gestão mais efetivas dos recursos e por um fluxo regular do investimento público e privado nos quais a eficiência econômica deve ser avaliada com o objetivo de diminuir a dicotomia entre os critérios microeconômicos e macroeconômicos.

Para Rattner (1999) o argumento de economistas a favor da sustentabilidade gira em torno de saber usar os recursos do planeta, com alocação eficiente de recursos naturais em um mercado competitivo, no qual haveria distorções no mercado que poderiam ser corrigidas pela internacionalização de custos ambientais e/ou reformas fiscais. Assim, a sustentabilidade seria alcançada pela racionalização econômica local, nacional e planetária. Para o autor a implementação da sustentabilidade seria alcançada pela racionalização econômica local, nacional e planetária e depende de uma autoridade nacional.

De acordo com Foladori (2002) a sustentabilidade econômica apresenta uma análise mais complicada do que a ambiental, pois o conceito restringe o crescimento econômico e a eficiência produtiva. Tal concepção admite que o crescimento não pode ser ilimitado (como prega o capitalismo) pois não é congruente com a dimensão ambiental.

Daly (2004) defendeu o crescimento sustentável como algo impossível, e, contrariamente à visão de crescimento econômico, afirmou que para haver sustentabilidade é necessária uma economia estacionária,

preferencialmente com crescimento nulo. Para o mesmo autor a insustentabilidade do crescimento atual é que traz a urgência do desenvolvimento sustentável, desta forma, afirmou que para todo crescimento há um limite que ultrapassado não o torna sustentável. Defendendo a idéia de conceber-se uma escala ótima de crescimento, argumentou que a economia pode crescer até o momento em que não mais interfira na renovação dos sistemas naturais, bem como que a exploração dos recursos finitos deveria ser parcimoniosa.

Neste ponto, existe uma convergência doutrinária no sentido de substituir o uso de recursos não-renováveis pela produção de recursos renováveis, integrando as dimensões econômica e ecológica

na mesma análise (Daly, 2004; Rattner, 1999; Sachs, 1993).

1.2.3 DIMENSÃO SOCIAL

Na dimensão social reside a grande polêmica, pois é a dimensão que sofreu mais mutações por conta do conceito de desenvolvimento social (Foladori, 2002).

Há algum tempo, a sustentabilidade social era utilizada para encobrir o interesse sobre a sustentabilidade ecológica, sustentando que a pobreza seria a causadora da agressão à natureza, causada por falta de recursos em adquirir técnicas preservacionistas. Outro problema seria o crescimento populacional entre os extratos mais pobres. Rattner (2001) argumentou sobre o círculo vicioso da pobreza, apoiado nos trabalhos de Gunnar Myrdal (1984). Neste sentido, uma região com fraca dotação de recursos, baixo nível de formação e sem capital disponível, gera pobreza que, por sua vez, se traduz em capacidade de poupança limitada que levaria novamente a um pequeno nível de investimento e de formação. Nesta visão, a pobreza está relacionada com a má distribuição de renda, de formação e de oportunidades resultando em uma exploração equivocada dos recursos naturais. Rattner (2001) questiona este círculo vicioso da pobreza (Myrdal, 1984), pois considera que mobilização e ação social podem proporcionar desenvolvimento. Todavia, a pobreza e o desemprego não estavam em discussão, mas sim suas consequências negativas em relação ao meio-ambiente. Assim, por trás de um discurso de sustentabilidade social, está escondida a dimensão ecológica como finalidade maior (Foladori, 2002).

Neste sentido a dimensão social objetiva garantir que todas as pessoas tenham condições iguais de acesso a bens, serviços de boa qualidade necessários para uma vida digna, pautando-se no desenvolvimento como liberdade, no qual o desenvolvimento deve ser visto como forma de expansão de liberdades substantivas, para tanto, "requer que se removam as principais fontes de privação de liberdade: pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência excessiva de Estados repressivos" (Sen, 2000, p.18).

Sob esta ótica, a dimensão social pode ser entendida como a consolidação de um processo de desenvolvimento orientado por outra visão, a da boa sociedade. O objetivo é construir uma civilização do "ser", em que exista maior equidade na distribuição do "ter" (renda), de modo a melhorar substancialmente os direitos e as condições de amplas massas de população e a reduzir a distância entre os padrões de vida de abastados e não-abastados, resultando na diminuição do índice de Gini.

Na mesma linha de pensamento, Franco (1999) discute sobre a sustentabilidade pautado nas dimensões social e econômica, cujo problema encontra-se na pobreza e no conceito de desenvolvimento local integrado e sustentável como meio de superar o distanciamento entre política social e de combate à fome, à miséria, à pobreza. Tal combate, frente à complexidade brasileira, só seria possível com o desenvolvimento, que não necessariamente necessita de crescimento econômico, apesar de ser desejável. Para tanto, há que se considerar a vulnerabilidade e exclusão, heranças históricas de desigualdades sociais e regionais brasileiras e características de concentração de renda, riqueza, conhecimento e poder.

Cabe ressaltar que a pobreza, como causadora e vítima da degradação ambiental, é uma concepção que perdeu força a partir da segunda metade dos anos 90 do século XX (Foladori, 2002). Reconheceram-se vários aspectos que conduzem à degradação, inclusive os baixos investimentos governamentais. Neste sentido, percebe-se que o paradigma atual se vincula no aumento das capacidades humanas para se atingir melhor qualidade de vida.

1.2.4 DIMENSÃO ESPACIAL OU TERRITORIAL

Ao perceber-se o desequilíbrio provocado pela concentração das pessoas morando nas cidades, o crescimento demográfico no espaço urbano ocorria de forma a desconfigurar a paisagem e superlotar espaços do território, despontou a preocupação com relação à dimensão espacial.

Conforme Pesci (2003), a formação das megalópoles tem origem nos crescentes índices de urbanização, consequência do êxodo rural ocasionado pela industrialização e pela era da informação. Estas concentrações geraram diversos problemas pela impossibilidade de governabilidade em um ambiente com crescimento explosivo e exponencial. Desta forma, o autor se referiu a uma escolha entre uma megalópole versus região urbana. Nesta visão, a região urbana busca articular dezenas de cidades intermediárias, ou vários centros que conservam seus atributos de núcleos intensos, associativos, diversificados, mas com população e superfície pequenas, como ocorre, por exemplo, no vale do Rio Pó, Itália. Para evitar a insustentabilidade esta conformação múltipla segue um modelo rural-urbano que evita a conurbação das grandes cidades, deixando a região mais ágil, potencializando as energias rurais, ao contrário de uma megalópole que é lenta em suas articulações. A sustentabilidade urbana também leva em conta a descentralização, procurando evitar o inchaço das grandes cidades e suas periferias insustentáveis para recuperar a escala humana em seus bairros e núcleos urbanos.

A sustentabilidade espacial abrange a organização do espaço e obedece a critérios superpostos de ocupação territorial e entrelaçados em uma rede natural duradoura para tentar recuperar, com esta complexa e diversificada trama, a qualidade de vida, a biodiversidade e a escala humana em cada fragmento, em cada bairro do sistema.

1.2.5 DIMENSÃO CULTURAL

A dimensão cultural em muitos aspectos confunde-se com a social, tendo em vista que cultura e sociedade são, muitas vezes, elementos indissociáveis. Fazem parte desta concepção: promover, preservar e divulgar a história, tradições e valores regionais, bem como acompanhar suas transformações. Para buscar essa dimensão é um caminho válido o de valorizar culturas tradicionais, divulgar a história da cidade, garantir oportunidades de acesso a informação e ao conhecimento a todos e investir na construção, reforma ou restauração de equipamentos culturais.

Esta dimensão da sustentabilidade direciona-se às raízes endógenas dos modelos de modernização e dos sistemas rurais integrados de produção, privilegiando processos de mudança no seio da continuidade cultural e traduzindo o conceito normativo de ecodesenvolvimento em uma pluralidade de soluções particulares, que respeitem as especificidades de cada ecossistema, cultura e local (Sachs, 1993).

Neste ambiente de transição paradigmática, Marrul Filho (2000) traz propostas alternativas ao desenvolvimento sustentável que apontam para novos projetos civilizatórios, como as sociedades sustentáveis e o ecossocialismo. O autor definiu os padrões de produção e consumo e de bem-estar a partir da cultura, do desenvolvimento histórico e do ambiente natural de um indivíduo como sociedades sustentáveis. O conceito de ecossocialismo (Marrul Filho, 2000; Rattner, 1999) afere-se pela maneira como as necessidades humanas fundamentais são satisfeitas e pela concepção de que as três formas principais de propriedade - individual, comunitária e estatal - se inter-relacionam com equilíbrio e com o mínimo de interferência.

Nesta visão, o desenvolvimento sustentável busca um novo projeto civilizatório, com mecanismos adequados de educação, por meio da cooperação e parceria na busca do desenvolvimento individual, tendo como fundamento o ambiente, o interesse social, o respeito à cultura de cada povo, à política e à democracia. Para que este novo projeto de sustentabilidade se desenvolva, defende-se o

entendimento sobre diversos condicionantes complexos tais como: sustentabilidade institucional; capacidade de investimento público; bem-estar social/desenvolvimento humano; afirmação da identidade cultural; sustentabilidade econômica; integração regional, nacional e internacional; sustentabilidade espacial; meios materiais de governabilidade e segurança.

1.2.6 DIMENSÃO POLÍTICA

A participação democrática na tomada de decisões é um dos pressupostos defendidos por Guivant (2002), Frey (2002); Teixeira (2003); Jacobi (2003) e Lima (2002), dentre outros autores. Sensibilizar, motivar e mobilizar a participação ativa das pessoas, favorecer o acesso às informações permitindo maior compreensão dos problemas e oportunidades, superar as práticas e políticas de exclusão e buscar o consenso nas decisões coletivas são elementos que compõem esta dimensão.

Neste sentido, Rattner (1999, p. 1) comentou que fórmulas utilizadas em alguns discursos políticos “economicamente viável, socialmente equitativo e ecologicamente sustentável”, distanciam-se de suas metas e valores derivados dos processos técnicos e produtivos existentes, gerando, assim, manifestações da sociedade nas questões ambientais e no abuso do poder político e econômico dos governantes. Esta manifestação de democratização na tomada de decisões mostra a luta dos cidadãos contra algumas práticas insustentáveis. Todavia, democratizar não deve ser apenas um "clichê". Transmitir o poder das mãos de poucos (governantes) para todos (sociedade) é uma idéia dicotômica, ao considerar que a sociedade capitalista baseia-se nas relações de poder para garantir a "ordem" do sistema. Realizar tal transmissão significa transpor o paradigma atual para outro, para o qual nem se tem conhecimento se a sociedade está preparada para rumar.

Cabe ressaltar que a sustentabilidade política deve apresentar a contribuição não somente da comunidade local como enfatizada pelos conceitos apresentados, mas é preciso mobilizar a sociedade como um todo englobando o papel do governo (Sachs, 1993), das instituições e do empresariado e abrangendo o que muitos autores chamam de sustentabilidade institucional nesta dimensão.

Frey (2002) destacou a necessidade de democracia e sustentabilidade nas estratégias políticas e administrativas que devem adequar-se para superar os entraves relacionados ao controle pelo cidadão e a participação ativa do mesmo na gestão pública.

Relembrando que modelo de desenvolvimento sustentável está baseado na concepção da parceria e da colaboração efetiva entre os setores público, privado, voluntário e comunitário. Neste contexto, exige-se um mínimo de consenso e de solidariedade entre os membros da sociedade que transcendem aos interesses particulares e que só podem ser produzidos em um processo dialógico e interativo de troca de argumentos e posições. Torna-se, portanto, imprescindível que os governos adequem atitudes e estratégias em prol do bem comum. Esta perseguição do desenvolvimento sustentável dentro de uma perspectiva democrática exige um Estado ativo e facilitador. Cabe em particular aos municípios estimular a participação e o engajamento cívico, sendo este imprescindível para avançar no fortalecimento da consciência ecológica, e promover a implementação de um outro modelo de desenvolvimento consentâneo com as necessidades de uma sociedade sustentável (Frey, 2002).

1.2.7 DIMENSÃO PSICOLÓGICA

Esta dimensão engloba a sensação de bem-estar que transcende o aspecto social, pois a emoção é um atributo que faz parte do inconsciente do indivíduo. A sensação é interna ao mesmo e inerente a ele e depende da sua própria percepção, a qual, segundo Sillamy (1998) organiza as sensações do indivíduo e os permite tomar conhecimento da realidade.

Para as pessoas a percepção varia conforme experiências, expectativas, motivações e emoções que influenciam o que é percebido. A percepção é um processo muito mais individualista do que se crê comumente. Embora ocorram dentro do indivíduo, essas sensibilidades diferentes que permitem partilhar o mesmo meio ambiente de forma pacífica com outras pessoas e com as outras dimensões da sustentabilidade.

Abrangendo as dimensões psicológica, social e cultural, Marrul Filho (2000) e Jacobi (2003), enfatizaram a prática da educação ambiental tomando por base a necessidade da compreensão da cultura e realização do bem-estar individual, como elementos constituintes do desenvolvimento sustentável.

CONCLUSÃO

O atual modelo de acumulação de capital que visa elevar a riqueza, não necessariamente proporciona uma melhoria no bem-estar social, não é compatível com as reais necessidades da sociedade e com as dimensões da sustentabilidade. As questões sócio-culturais e econômicas, frente às necessidades humanas, influenciam na conformação das cidades, na ocupação dos espaços geográficos e na manutenção da biodiversidade. Nestas propostas convivem a dicotomia de estimular as dimensões ambiental, social, cultural, política, psicológica e espacial em harmonia com o desenvolvimento econômico, que se manifesta de forma oposta às outras dimensões.

Com o propósito de mitigar estes antagonismos, surgiram diversas propostas que permeiam a participação da sociedade, a educação e o estabelecimento de limites para o desenvolvimento, adequando-os aos novos paradigmas. Isso justifica a ciência econômica como uma oportunidade para abrir caminho a novos gestores.

Esta premissa estimula uma busca constante pela consolidação desse desenvolvimento, passa pelo processo de amadurecimento das instituições públicas ou privadas e da sociedade, utilizando-se da sinergia entre as ações, com o objetivo de lançar bases e abrir caminhos fundamentais para futuro da humanidade. Porém, tais discursos são apagados pelos dilemas inerentes à forma de poder e à democratização do processo decisório. Esses aspectos são contraditórios em sua essência, pois ao que parece, o cidadão brasileiro é educado a deixar que os governantes solucionem seus problemas e tomem as rédeas da sociedade em suas mãos. Isto oculta e consolida um processo cultural que favorece a manutenção do controle e do poder às classes dominantes. Mudar este paradigma para seguir em direção aos preceitos do desenvolvimento sustentável exige uma mudança em todo o contexto social, cultural e psicológico dos indivíduos, uma vez que suas percepções e suas interações com o mundo são influenciadas pelo ambiente em que vivem.

Mudar é mexer num sistema enraizado na própria existência da sociedade, na qual a suposta evolução apenas mudou superficialmente. Se no passado o homem comum era escravo ou servo do seu senhor, no presente o cidadão é escravo do trabalho, das regras, do dinheiro e da falta de tempo. Neste sentido, o indivíduo acredita que com recursos financeiros consiga uma melhoria na qualidade de vida, porém se transcorre sua existência em busca deste ideal sem atingir ao objetivo almejado. A vida na atualidade caracteriza-se por uma busca desenfreada rumo ao ter e não ao ser. Uma busca a lugar nenhum, condicionada pelo próprio indivíduo, que inconscientemente o faz devido à influência dos valores da própria sociedade onde vive.

Sob esta ótica, o indivíduo é educado para manter o sistema funcionando e ser uma

peça do próprio sistema. Mesmo os seus questionamentos, em grande parte, não excedem daquilo para o qual foi condicionado. Não há tempo para pensar, pois pensar pode levar à busca de outros paradigmas e de outras soluções, que não a manutenção deste sistema. Argumentar sobre a vida na sociedade pode levar à necessidade de participação ativa e consciente na própria vida, realmente tomando decisões e realizando ações em benefício do bem-estar da coletividade e de si mesmo, em detrimento aos benefícios à classe dominante. A participação da sociedade é pressuposta no desenvolvimento sustentável e defendida por inúmeros estudiosos. Assim, deixar de participar de forma ativa e consciente, como vem ocorrendo, é largar a responsabilidade da vida e do próprio planeta em outras mãos.

Ao abordar as dimensões da sustentabilidade foi possível concluir que as dimensões da sustentabilidade estão extremamente interligadas. Na sociedade as dimensões social, cultural e psicológica são responsáveis pela mudança de comportamento dos indivíduos. Estas, por sua vez, são fortemente influenciadas pela dimensão política, caracterizada principalmente, pelos jogos de poder e pela dimensão econômica, tendo em vista o paradigma de consumo e trabalho imposto pela sociedade capitalista, os quais afetam a dimensão espacial. A dimensão ecológica, aparece devido aos impactos negativos que estão levando os ecossistemas a desequilíbrios preocupantes com relação à manutenção da vida na Terra, as quais por sua vez, são afetadas pelo *modus vivendi* do ser humano, ou seja, pelas outras dimensões.

Portanto, a contribuição deste artigo está na abordagem multidimensional do mesmo, pois não há como desconectar as dimensões do desenvolvimento sustentável. Se uma das dimensões é enfatizada em detrimento das outras, tal decisão pode conduzir a um desequilíbrio nos outros aspectos. Assim, acredita-se na necessidade de um equilíbrio entre as sete dimensões apresentadas neste artigo como uma forma para a sociedade buscar o desenvolvimento sustentável.

Por fim, sugere-se, como complementação ao estudo, a elaboração de pesquisas futuras a fim de verificar como a teoria apresentada se manifesta em casos reais, analisando o desenvolvimento sustentável e as dimensões abordadas.

REFERÊNCIAS

BARONI, Margaret. **Ambiguidades e deficiências do conceito de desenvolvimento sustentável.** In: Revista de Administração de Empresas-RAE. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas. vol. 32(2). abr/jun 1992. p. 14-24.

DALY, Herman E. **Crescimento sustentável?** Não, obrigado. In: Ambiente & sociedade, jul-dez; ano/vol. 7, n. 002. Campinas: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em ambiente e sociedade – ANPPAS, 2004. p. 197-201.

FOLADORI, Guillermo. **Avances y límites de la sustentabilidad social.** In: Economía, Sociedad y Territorio. vol. III, num. 12, 2002, p. 621-637.

FRANCO, Augusto de. **Somente o desenvolvimento sustentável pode superar a pobreza no Brasil.** In: Revista da Promoção da Saúde. Brasília, ano 1, n. 2, nov/dez, 1999. p 15-18.

FREY, Klaus. **Democracia e sustentabilidade das cidades na era digital.** In: Encontro

da Associação de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade, 2002, Indaiatuba-SP. www.anppas.org.br, 2002.

GUIVANT, Julia. S. **Sustentabilidade e métodos participativos: os riscos dos pressupostos realistas**. Austrália: Congresso Mundial da International Sociological Association, Brisbane, 8-13 de julho de 2002.

JACOBI, Pedro. **Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade**. Cadernos de Pesquisa, n. 118, mar. 2003. p. 189-205.

LEFF, Enrique. **La geopolítica de la biodiversidad y el desarrollo sustentable: Economización del mundo, racionalidad ambiental y reapropiación social de la naturaleza**. In: Debates Neoliberalismo de guerra y recursos naturales. OSAL. ano VI, n. 17. mai-ago 2005.

LIMA, Gustavo Ferreira da Costa. **Educação e sustentabilidade: Possibilidades e Falácias de um Discurso**. In: Encontro da Associação de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade, 2002, Indaiatuba-SP. Disponível em: <www.anppas.org.br>. Acesso em: 10 maio 2007.

MARRUL FILHO, Simão. Do desenvolvimento para além do desenvolvimento. In: QUINTAS, J. S. (org.). **Pensando e praticando a educação ambiental na gestão do meio ambiente**. Brasília: IBAMA, 2000.

MYRDAL, Gunar. **Aspectos políticos da teoria econômica**. Tradução José Auto. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

PESCI, Rubén. **Sustentabilidad y levedad**. Revista Ambiente, 2003. Disponível em: <<http://www.revista-ambiente.com.ar/imagenes/92/sustentabilidad%20y%20levedad%201.pdf>> Acesso em: 2 jun. 2007.

PINHO, Diva Benevides; VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval. **Manual de economia**. 4 ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Atlas do desenvolvimento humano – 2000**. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, 2003. Disponível em: <<http://www.undp.org.br>> Acesso em: 23 jul. 2006.

RATTNER, Henrique. **Por caminhos alternativos da sustentabilidade**. In: SEMINÁRIO DINÂMICA DO DESENVOLVIMENTO NA ERA DA INTERNACIONALIZAÇÃO DA ECONOMIA, 2., 2001, Natal. Trabalhos, 2001.

RATTNER, Henrique. **Sustentabilidade: uma visão humanista**. In: Ambiente e Sociedade, jul/dec. 1999, n. 5, p. 233-240.

SACHS, Ignacy. **Estratégias de transição para o século XXI: desenvolvimento e meio ambiente**. São Paulo: Nobel, 1993.

SEN, Amartia. K. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILLAMY, N. **Dicionário de psicologia**. Porto Alegre: Artmed, 1998.

TEIXEIRA, Paulo Fernando Piza. **Governo, governança e (des)envolvimento**. ABDL, 2003. Disponível em: <<http://www.abdl.org.br/filemanager/list/27/>>. Acesso em: 2 jun. 2007.

